



NO RASTRO DO CONDE DE BOBADELA

Neusa Fernandes¹

Resumo:

O texto focaliza o governo de Gomes Freire de Andrade, no Rio de Janeiro, bem como o monumento erigido em seu governo, o Aqueduto da Carioca, situado no centro da cidade do Rio de Janeiro. Monumento muito importante historicamente, que até hoje mantém considerável conservação.

Palavras-chave: Gomes Freire; Rio de Janeiro; Aqueduto.

Abstract:

Il s'agit du gouvernement Gomes Freire de Andrade et aussi a étudié roman aqueduct situé au centre de la cité de Rio de Janeiro. C'est un monument historique très important au passé recente, maintenant jusque aujourd'hui considérable conservation.

Keywords: Gomes Freire- Rio de Janeiro; Aqueduc.

Antônio Gomes Freire de Andrade, nobre militar e administrador, nasceu em 1685, na Freguesia de Nossa Senhora do Loreto de Juromenha, em Portugal. A pequena freguesia foi sede do Concelho, extinto em 1836. Com menos de 107 habitantes, foi extinta em 2013.



Gomes Freire de Andrade

1 Pós-doutora História. Vice-presidente do IHGRJ.

Filho de Bernardino Freire de Andrade e de Joana Vicência de Meneses, Gomes Freire de Andrade foi fidalgo escudeiro, do Conselho dos reis D. João V e D. José I. Estudou na Universidade de Coimbra, época que assentou praça e se dedicou à carreira militar. Foi contemporâneo de Mendonça de Pina e Proença, bibliotecário real que esteve em Minas Gerais a serviço do rei D. João V, entre 1734 e 1737, quando implantou o sistema de captação.

Tomou parte na Guerra de Sucessão da Espanha, conquistando alto posto. Veio para o Brasil, nomeado governador da Capitania do Rio de Janeiro, em substituição a D. Lourenço de Almeida. Ao desembarcar, mandou prender Antônio Pereira de Sousa, abridor de cunhos da Casa da Moeda do Rio de Janeiro – que também prestou serviço à casa da Moeda de Minas Gerais –, e importante descaminhador que se escondia sob os nomes de Francisco José e Antônio.

Gomes Freire de Andrade governou durante 30 anos, de 1733 a 1763. A partir de 1735, acumulou a governança do território de Minas Gerais, e em 1748, acumulou as governanças de Goiás, Cuiabá e Mato Grosso, devido ao aumento das populações. Como governador do Rio de Janeiro, um dos seus primeiros atos foi a idealização da construção do Paço. Para tanto, solicitou ao rei D. João V licença para edificar uma casa de governo no Rio de Janeiro. A construção do edifício começou em 1738, seguindo o projeto do engenheiro militar português José Fernandes Pinto Alpoim, na atual Praça Quinze de novembro, centro da cidade colonial. Vale lembrar que esta praça foi várias vezes rebatizada, no século XVIII, com os nomes de Várzea Nossa Senhora do Ó, Largo do Terreiro do Polé, Largo do Carmo, Terreiro do Paço, Largo do Paço e, a partir da proclamação da República em 1889, Praça Quinze de Novembro.

A **Casa dos Governadores** foi inaugurada em 1743. Nessa mesma época, o Largo foi embelezado com a construção das casas de Telles de Menezes – também projetadas por Alpoim – do lado oposto ao do Paço e a inauguração de um chafariz trazido de Lisboa, colocado no centro do espaço. Dois anos antes, o governador inaugurou o Hospital dos Lázaros, em São Cristóvão, e o manteve por toda a sua vida. Contudo, os grandes feitos não livraram o governador de acusação.

Em 1743, a Câmara do Rio de Janeiro oficiou protesto, encaminhado ao rei, contra o governador Gomes Freire de Andrade, pelo desrespeito ao Senado durante a cerimônia da entrega ao Rio de Janeiro das peças fabricadas com o primeiro ouro arrecadado dos quintos de Minas Gerais. O governador não conservara o lugar à sua direita, como mandava o cerimonial, para o Senado. Inconformados com a desfeita, os camaristas solicitaram ao rei que tomasse as providências para que terceiros não tivessem a preferência em solenidades, usurpando o lugar que pertencia aos oficiais da Câmara, de acordo com as

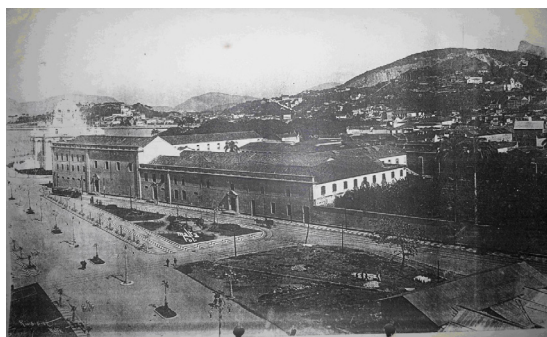
Constituições do Arcebispado da Bahia. Em 1744, tão logo foi o governador informado de riquezas existentes no distrito diamantino de Paracatu, providenciou a exploração dos terrenos, organizando a circulação do ouro e controlando a coleta dos quintos. Para tanto, criou um sistema de taxas sobre o ouro arrecadado em Minas, impôs a realização de contratos sobre os diamantes do Tijuco, distrito que a Metrópole mantinha rigorosamente fechado, reprimindo o contrabando articulado a partir do Rio. Também promoveu uma reurbanização em Ribeirão do Carmo, rebatizada de Mariana em homenagem à Rainha D. Maria Ana de Áustria.

Apesar de sua dinâmica atuação, em 1755 Gomes Freire sofreu grave acusação na Corte, por Tomás Francisco, de ter se beneficiado de três milhões de cruzados juntamente com seu irmão, desviados dos cofres do Estado. O governador defendeu-se em carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, datada de 6 de novembro de 1755, alegando ser tudo intriga dos jesuítas (os padres do Paraguai), invocando seus 49 anos de serviço ao rei e em defesa da Pátria. Destacou também sua ação militar em Portugal, à frente das Capitanias de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e do Rio Grande de São Pedro. Um importante ato seu foi a publicação da Carta Régia, em 16 de fevereiro de 1751, que estabeleceu um Tribunal de Relação no Rio de Janeiro. As atividades do Tribunal só iniciaram em 15 de junho, tendo sido Gomes Freire seu primeiro presidente e regedor.

Preocupou-se com a cultura e a incentivou através da criação de duas academias de intelectuais, de curta duração: a *Academia dos Felizes*, aberta em 6 de maio de 1736, com sessão inaugural realizada na Casa dos Governadores, com a presença do governador interino brigadeiro José da Silva Pais; e a *Academia dos Seletos*, fundada em 30 de janeiro de 1752, sob a inspiração de Feliciano Joaquim de Sousa Nunes. A primeira tinha como insígnia o semideus Hércules, com uma clava, afugentando o ócio e a divisa *Ignavia fugando et fugienda*. Seu presidente foi o médico português Matheus Saraiva, radicado no Rio de Janeiro desde 1713. A Academia desapareceu em 28 de fevereiro de 1749. A segunda teve sua sessão inaugural realizada no Paço dos Governadores, presidida pelo jesuíta baiano padre Francisco de Faria, tendo como secretário Manuel Tavares de Siqueira. Nesse mesmo ano de 1752, o governador Gomes Freire deslocou-se para a região sul, acompanhado do engenheiro Fernandes Alpoim, incumbido de delimitar as fronteiras com as colônias espanholas, em cumprimento ao Tratado de Madrid assinado dois anos antes entre Portugal e Espanha.

Como militar, ainda comandou as tropas luso-espanholas durante a chamada Guerra Guaránica, que durou de 1754 a 1756, derrotando o líder guarani Sepé Tiaraju. Incentivou também a construção de importantes obras religiosas, como o *Convento de Santa Teresa* – atendendo ao pedido das irmãs Maria Jacinta e Francisca para a construção de um convento da Ordem das Carmelitas

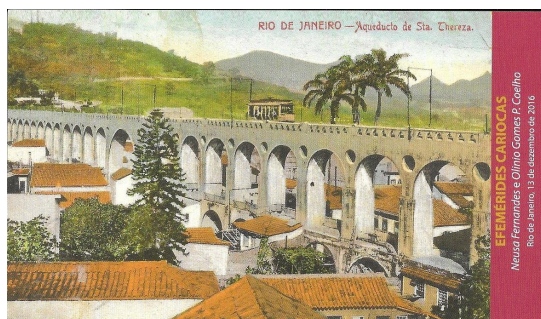
Descalças –, dedicado à Santa Teresa d'Ávila. Com projeto da Igreja e do Convento feito pelo engenheiro Alpoim, a pedra fundamental foi lançada em 1750. Foi o primeiro convento feminino da cidade e local onde foram enterrados tanto o engenheiro quanto o governador Gomes Freire. Além disso, incentivou a construção do *Convento Nossa Senhora da Conceição da Ajuda*, popularmente conhecido como Convento da Ajuda (hoje demolido), situado na atual Cinelândia. Inaugurado em 30 de março de 1750, em meio a um cerimonial solene, iniciado por um Te Deum, no Mosteiro de São Bento e completado por uma procissão que seguiu até a nova casa conventual. Depois da demolição foi definitivamente transferido para a Rua Barão de São Francisco 385, em frente à Praça Barão de Drumond, em Vila Isabel.



Convento da Ajuda

O governador Gomes Freire de Andrade foi feito primeiro Conde de Bobadela por decreto do rei D. José I, de 8 de outubro de 1758, confirmado em 20 de dezembro de 1758. Dentre suas obras, a mais emblemática é o *Aqueduto da Carioca*, conhecido como Arcos da Lapa. Sua função era trazer água da nascente do Rio Carioca, no Silvestre, no Morro de Santa Teresa, até o chafariz do Largo da Carioca, onde o povo poderia recolher a água derramada. Antes dessa providência, o governador construiu no início do Aqueduto, em Santa Tereza, o reservatório do Carioca, próximo ao que chamou de “Mãe d’Água”, bica pública ainda usada.

Vale lembrar que *aqueduto* é um canal ou galeria, subterrâneo ou à superfície, construído para conduzir água proveniente de locais mais altos para facilitar o escoamento. Os aquedutos são normalmente edificados sobre arcadas ou sob plataformas, ou ainda em arcos suspensos, modelo que os romanos aprenderam com seus antecessores, os povos etruscos.



Na Antiguidade, quase todas as civilizações construíram aquedutos, como por exemplo: China, Caldeia, Assíria, Fenícia, Grécia e Roma. Foi com esta última que os aquedutos tiveram um maior desenvolvimento, já que a cidade de Roma, no século I, era abastecida por catorze aquedutos, o maior deles com 90 Km de extensão. Um famoso monumento da humanidade é o Aqueduto na *Vers-Pont-du-Gard*, datado do século I a.C., situado próximo à cidade de Nimes, na França, que transportava 20.000 metros cúbicos de água por dia. Construído em três níveis, tem 49 metros de altura e 50 metros de comprimento.

Foram os poços os primeiros suprimentos que o povo tinha para a obtenção de água. Alguns deles ficaram famosos, como o poço do “Cara de Cão”, o poço do Porteiro – na base do antigo Morro do Castelo, em frente à rua da Ajuda –, o poço da Misericórdia e o Pocinho da Glória, no início da rua do Catete. Desta época, encontram-se relatos de queixas dos cariocas pela situação crítica da água na cidade. Morador importante, o senhor Antônio Rabelo Pereira, capitão da Fortaleza de São Francisco do Rio de Janeiro, reclamava dos prejuízos causados pela passagem do Rio Carioca no interior de sua chácara. Ademais, a situação dos chafarizes existentes era também crítica, por conta do seu mal traçado que causava constante falta d’água na cidade.

Por outro lado, as águas que escorriam pelas torneiras dos chafarizes, deixadas abertas, empoçavam, alagando a cidade e as casas, e provocando surtos de muitas moléstias. As desordens constantes nas filas da água, obrigaram a colocação de uma sentinela nos chafarizes; em consequência, a cidade se alastrou. Surgiram as ruas da Vala (hoje rua Uruguaiana), rua da Guarda Velha (hoje rua 13 de Maio) e a rua do Aljube (hoje rua do Acre).

As dificuldades com a água fizeram surgir um comércio primário, exercido por índios e escravos, que a serviço de seus senhores, percorriam a cidade carregando vasilhas cheias de água para vender. Perdurou até que foram substituídos por escravos africanos— havendo quem dissesse ser este o primeiro serviço de água domiciliar do Rio de Janeiro.

No século XVII, foram usadas cisternas para recolher as águas das chuvas e também foram exploradas as nascentes do Corcovado. Em 1833, uma companhia com capitais brasileiros e ingleses se candidatou a fazer chegar água encanada às residências, mas não foi bem-sucedida.

O comércio da água no Rio de Janeiro sofreu uma evolução. No ano de 1840, Sebastião da Costa Aguiar criou uma frota de carroças puxadas por um burrico, que vendia “a boa água do vintém”, como era conhecida a proveniente da chácara daquele nome, situada no Largo da Segunda Feira.

Ao mesmo tempo em que desenvolveu com louvor a carreira militar, o governador Gomes Freire de Andrade cultivava amor pela literatura. Nesse sentido, inaugurou a oficina tipográfica do Rio de Janeiro, o que muito contrariou o governo da Metrópole, interessado em manter a ignorância dos colonos. Assim, a tipografia durou pouco tempo, sendo censurada e fechada por ordem da autoridade em Portugal.

Gomes Freire de Andrade faleceu em 01 de janeiro de 1763. O seu governo foi bem avaliado pelos cariocas, ao ponto de os representantes da cidade do Rio de Janeiro solicitarem o privilégio de postarem o seu retrato na sala principal da Câmara Municipal. No Arquivo Histórico Ultramarino, encontra-se o pedido dos vereadores do Rio de Janeiro, quando obtiveram permissão dessa homenagem a Gomes Freire. Medida de exceção, porque era proibido que as autoridades da colônia brasileira tivessem representação de sua imagem em lugares públicos.

Referências bibliográficas

FERNANDES, Neusa. *A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII*. 3º ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 75 e 88.

GONÇALVES, Adeldo. *O reino, a colônia e o poder: o governo Lorena na capitania de São Paulo 1788-1797*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2019, p. 307.

ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2017, p. 186.

Fonte consultada

AHU Conselho Ultramarino, São Paulo, caixa 41, documento 3357, 6/3/1793

Recebido em 15 de abril de 2020

1º parecerista em 05 de maio de 2020

2º parecerista em 09 de maio de 2020

3º parecerista em 11 de maio de 2020